

## **DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE, DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORME**

---

**SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça,  
Juiz do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais  
Professor na Universidade Federal de Minas Gerais*

Em face da independência jurídica, que é inerente ao exercício da judicatura, questiona-se a validade das súmulas, uma vez que, mesmo uniforme e diuturna, a jurisprudência não teria a força necessária para obrigar os julgadores.

Tem-se afirmado, por outro lado, que a justiça ideal é a que se apresenta segura, rápida e não-onerosa.

Dentro dessa moldura, não se pode ter como ideal a justiça que se mostra vacilante, indecisa, sobretudo porque, "perante jurisprudência incerta, ninguém está seguro do seu direito".

Resultou demonstrado, outrossim, que a realidade não avalizou o receio dos meios jurídicos com a adoção das súmulas, haja vista que estas não têm restringido a atividade criadora dos pretórios nem a liberdade imprescindível à evolução do direito pela jurisprudência, tendo assinalado Roberto Rosas que o exemplo das súmulas do Supremo Tribunal Federal está a justificar maior credibilidade, na medida em que imprimiram elas estabilidade às orientações jurisprudenciais, despertaram nos cidadãos a certeza necessária para saberem como se conduzir e ainda carrearam maior prestígio à excelsa corte.

Espelhando-se, certamente, nessa vitoriosa experiência, já conta também o Tribunal Federal de Recursos com súmulas em número



<http://bdjur.stj.gov.br>

---

\*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 18/5/1989.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Da Jurisprudência Predominante, da Uniformização da Jurisprudência e da Jurisprudência Uniforme. **Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, n. 21, ano VI, p. 141-184, p. 15-24, jan. e fev. 1984.

superior a uma centena. E, a seguir-lhes os passos, os tribunais estaduais já estão a publicar as suas súmulas, incentivados pela adoção, no Código de Processo Civil, do instituto da uniformização de jurisprudência (artigos 476/479).

Esse instituto, como anotou Sydney Sanches, é um ideal de justiça, tal qual o da não-estagnação do direito no tempo, na medida em que é preciso alcançar a igualdade de resultados ante a igualdade de situações, pois os pleitos iguais, dentro de um mesmo contexto social e histórico, não devem ter soluções diferentes.

Verifica-se, no entanto, que o procedimento da uniformização da jurisprudência, como disciplinado no Código de Processo Civil, importa, via de regra, em retardamento na prestação jurisdicional, não só pelo incidente processual que enseja, como também pela necessidade de que todos os votos sejam fundamentados, o que, muitas vezes, importa em sucessivos pedidos de adiamento, quer pela complexidade das matérias em debate, quer pela composição mais numerosa do órgão julgante.

Buscando os mesmos objetivos do referido instituto, mas sem o mencionado inconveniente, a Primeira Câmara Civil do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, em iniciativa pioneira, vem divulgando sua jurisprudência uniforme, através de verbetes, cumprindo destacar que nela somente são incluídos os entendimentos sem divergência na câmara e que a elaboração das ementas se faz sem o formalismo dos casos concretos e dos julgamentos em sessão.

A inovação tem tido acolhida favorável, como se pode aferir inclusive pela inclusão, no recente Regimento Interno do citado Tribunal, de uma seção, na qual se estimula a iniciativa, com a seguinte redação:



Art. 163 - As Câmaras Reunidas organizarão a súmula da jurisprudência dominante. O Presidente de cada Câmara Isolada organizará a do seu órgão, entregando-a ao Vice-Presidente do Tribunal, que a levará à apreciação das Reunidas.

Parágrafo único - Qualquer Juiz poderá solicitar a modificação da súmula, fazendo-o por escrito e motivadamente, durante a sessão das Câmaras Reunidas.

Art. 164 - A súmula será publicada no 'Diário do Judiciário' e na 'Revista de Julgados'.

A seguir, transcrevo a jurisprudência uniforme já adotada na citada Câmara, conforme publicação no Diário da Justiça do Estado, de 21.12.82.

Jurisprudência Uniforme da Primeira Câmara Civil:

### **I - Acidente do Trabalho**

1. Não há reexame obrigatório (CPC, art. 475) nas causas de acidente do trabalho. (\*)

### **II - Cambial**

2. Não perde a cambialidade, nem a conseqüente executividade, o cheque emitido em garantia de dívida, ou o cheque a que falte a data de emissão ou pós-datado. (\*\*)

3. É inválida procuração outorgada por mutuário em favor de empresa pertencente ao grupo financeiro do mutuante, para assumir responsabilidade, de extensão não especificada, em títulos cambiais, figurando como favorecido o mutuante. (\*\*)

### **III - Citação**



4. Não constando do mandado o prazo da defesa (CPC, art. 225, VI) e a advertência prevista no art. 285 do Código de Processo Civil, não se verificam os efeitos da revelia. (\*)

5. Havendo fundada suspeita de incapacidade da parte, declara-se a nulidade do feito se não observado o disposto no art 218 do Código de Processo Civil. (\*)

V. nº 95 (Revelia).

#### **IV - Competência** (Competência territorial)

6. Não pode o juiz apreciar de ofício a sua incompetência relativa. (\*)

7. A cautelar de antecipação de provas previne a competência (art. 800, CPC). (\*)

8. A notificação, a interpelação e o protesto, atos meramente conservativos de direito, não previnem a competência. (\*)

9. Ao autor é dado renunciar ao foro especial.

10. Mesmo havendo eleição de foro, não fica a parte inibida de propor a ação no domicílio da outra, em face da ausência de prejuízo.

V. nº 81 (Recursos — Agravo de instrumento).

#### **V — Condições de Ação**

11. Em se tratando de condições da ação não ocorre preclusão, mesmo existindo explícita decisão a respeito (CPC, art. 267, § 3º). (\*)

12. É insuprível a falta de condições da ação.



## **VI - Conexão**

13. O art. 105 deixa ao juiz certa margem de discricionariedade na avaliação da intensidade da conexão, na gravidade resultante da contradição de julgados e, até, na determinação da oportunidade da reunião dos processos. (\*)

## **VII - Consignação em pagamento**

14. A falta de depósito oportuno das prestações subseqüentes não afeta os depósitos feitos em tempo. (\*\*)

## **VIII - Correção monetária**

15. A aplicação da correção monetária, prevista na Lei nº 6.899/81, independente de pedido da parte. (\*\*)

## **IX — Execução**

16. Nos embargos à execução não são admitidos o chamamento ao processo, a denunciação da lide e a declaratória incidental. (\*)

17. O excesso de execução não importa em nulidade desta, mas no acolhimento (total ou parcial, conforme o caso) dos embargos. (\*)

18. A fraude contra credores pode ser apreciada em embargos de terceiro, desde que todos os interessados participem ou tenham sido convocados ao processo. (\*)

19. Não cabe reconvenção nos processos executivo e cautelar. (\*)

20. O prazo para oferecimento dos embargos corre da intimação da penhora, mesmo nos casos de precatória. (\*)



21. Nos embargos à execução não se verificam os efeitos da revelia. (\*)

22. Não há preparo prévio nos embargos à execução. (\*)

23. Na execução não embargada inexistente sentença. Nada impede, no entanto, que o juiz profira interlocutória manifestando-se sobre os honorários, os juros, eventual taxa de permanência e/ou correção monetária. (\*)

24. Os honorários, na execução, não se regem pelo § 3º, do art 20, do Código de Processo Civil. (\*)

25. Os juros, nos títulos executivos cambiais, devem ser contados a partir do vencimento. (\*)

26. A imposição de juros e correção monetária deve ser feita na execução e não na sentença que julga os embargos, salvo se nestes tiverem sido discutidos.

27. A comissão de permanência só é devida, podendo ser cobrada pela via executiva, se prevista em contrato ou pacto adjeto, não podendo cumular-se com a correção monetária. (\*\*)

28. A intimação para impugnação em embargos, a que se refere o art. 740, do Código de Processo Civil, é feita ao advogado do exeqüente-embargado.

29. Tendo o promitente comprador, por escritura pública irrevogável, com o preço pago, imitado na posse do imóvel, embora não inscrita, pode através de embargos de terceiro excluir da penhora o imóvel objeto da promessa feita antes da dívida executada, desde que



ausente qualquer modalidade de fraude, tanto de credores, como da execução. (\*\*)

30. Não se deve condenar o exeqüente nos ônus da sucumbência se o mesmo anuir com o terceiro embargante na exclusão do bem penhorado por equívoco do oficial de justiça, em iniciativa exclusiva deste.

31. Havendo segunda penhora, há possibilidade de novos embargos quanto a aspectos formais da mesma.

32. A circunstância de o juiz mencionar na sentença dos embargos que julga procedente ou improcedente a execução não constitui nulidade, mas simples irregularidade.

33. O exeqüente poderá desistir da execução, total ou parcialmente (CPC, art. 569). Entretanto, havendo embargos, a extinção dependerá do pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios do embargante, a serem arbitrados pelo juiz.

V. números: 2 e 3 (cambial); 97 (valor da causa); 36 e 37 (honorários advocatícios); 89 (recursos) e 54 (locação).

### **X- Extinção de processo**

34. A circunstância de não ter o juiz indeferido liminarmente a inicial não o impede de extinguir posteriormente o processo. (\*)

### **XI - Honorários advocatícios**

35. Não há honorários em incidentes do processo. (\*)

36. Os honorários fixados nos embargos do devedor abrangem também a execução.



37. Recomenda-se que na inicial da execução o juiz arbitre honorários advocatícios para a hipótese de a mesma não ser embargada.

V. nº 24 (honorários advocatícios).

## **XII - Intervenção de terceiros**

38. Não deve o magistrado acolher genérico pedido para terceiro vir integrar a lide. A convocação somente é possível nos casos previstos em lei. (\*)

39. A denunciação da lide somente é obrigatória na hipótese contemplada no item i do art 70 do Código de Processo Civil. (\*)

40. Havendo denunciação da lide pelo réu, o juiz deverá decidir, na mesma sentença, a relação entre o autor e o réu-denunciante e a demanda derivada entre o denunciante e o denunciado.

V.nº 16 (execução).

## **XIII - Intimação**

41. Em comarcas nas quais as publicações se fazem por órgão específico, dispensa-se a intimação pela via postal, mesmo que o advogado resida em comarca de outro Estado. (\*)

42. A intimação é ao advogado e não à parte, salvo quando determinar o contrário.

V.números: 28 (execução) e 70 (prazos).

## **XIV - Liquidação de sentença**





43. Havendo divergência entre os interessados, a decisão que homologar o cálculo deverá ser fundamentada, ainda que sucintamente (CPC, art. 165).(\*)

44. Não cabe recurso do pronunciamento judicial que determina a retificação de cálculo, mas apenas da decisão que os julga. (\*)

#### **XV - Locação** (ação de despejo - renovatória - revisional)

45. O disposto no art. 14 da Lei n- 6.649/79 (locações urbanas) aplica-se também aos imóveis residenciais. (\*)

46. As ações renovatórias e revisionais de aluguel, regidas pela Lei de Luvas, não tramitam nas férias. (\*)

47. Nas ações de despejo regidas pela Lei 6.649/79, o valor da causa deve corresponder a um ano de aluguéis. (\*)

48. Em se tratando de ação revisional de aluguéis, o valor da causa deverá ser calculado tomando-se por base a última anuidade do contrato em vigor. (\*)

49. O valor da causa nas ações renovatórias sujeitas à Lei de Luvas é a do contrato renovado, a saber, a soma dos aluguéis do último contrato. (\*)

50. É obrigatória a notificação prévia, em caso de despejo promovido pelo adquirente do imóvel. O prazo da notificação deverá ser de trinta dias. Aplicação analógica do art. 6º da Lei nº 6.649/79. (\*\*)

51. Inexiste responsabilidade do fiador pelas despesas e honorários da ação de despejo de que não teve ciência. A responsabilidade pelo débito contratual, no entanto, não fica afetada pela falta de intimação.



52. O art. 15, § 3º, da Lei nº 6.649/79, restabeleceu o art. 31, do Decreto nº 24.150/34, não obstante prevista a correção monetária no contrato. (\*) (\*)

53. Não tem validade a renúncia do locatário, em contrato, do direito de retenção por benfeitorias necessárias.

54. Não se pode executar aluguéis com suporte em sentença de despejo, exceto quanto aos ônus decorrentes da sucumbência. A execução, no entanto, será possível se fundada em título extrajudicial (contrato escrito - CPC, art. 585, IV).

55. É razoável o prazo de seis meses entre a notificação e o ajuizamento da ação de despejo fundada em denúncia vazia.

56. A circunstância de vir o tocador a receber os aluguéis que venceram após o ajuizamento da ação de despejo não altera a situação que ensejou a propositura da demanda.

57. Permanece a denúncia vazia nas locações não-residenciais não regidas pela Lei de Luvas.

58. Se a locação de imóvel não-residencial, contratada por prazo determinado, vier a indeterminar-se, torna-se imprescindível a notificação antes do ajuizamento da ação de despejo.

59. Estando o locatário ao abrigo da justiça gratuita, não deve o mesmo arcar com os ônus da sucumbência, mesmo nas ações de despejo por falta de pagamento.

60. O prazo normal para contestar a ação de despejo por falta de pagamento é de quinze dias.

V. nº 63 (multa contratual).



## **XVI - Mandado de segurança**

61. Para o cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial exige-se a ocorrência dos seguintes requisitos:

- a) decisão impugnada pelo recurso adequado;
- b) ausência de efeito suspensivo quanto a esse recurso;
- c) dano de difícil ou incerta reparação;
- d) decisão absurda ou com evidente abuso de poder. (\*)

62. Somente quanto à liminar tem curso nas férias o mandado de segurança. (\*)

## **XVII - Multa contratual**

63. O juiz não fica adstrito à avença de irredutibilidade da cláusula penal adjeta ao negócio jurídico, inclusive aos de locação, tendo-se em vista ser de ordem pública o estatuído no art. 924 do código Civil. (\*\*)

## **XVIII - Nulidade**

64. A intervenção da Procuradoria de Justiça em segundo grau evita a anulação de processo no qual o Ministério Público não tenha sido intimado em primeiro grau. (\*)

65. Não se deve decretar a nulidade por omissão da tentativa de conciliação nas causas de natureza patrimonial. (\*)

V. números: 5 (citação) e 17 (execução).

## **XIX - Possessória**



66. Para a concessão de liminar nas possessórias não bastam documentos relativos ao domínio, assim como não são suficientes meras declarações de terceiros, desprovidas do crivo do contraditório. (\*)

67. Os pedidos de liminar em ação possessória podem ser apreciados nas férias forenses pelos respectivos juízes de plantão. (\*)

68. Concedida a liminar em ação possessória, não deve o juiz revogada, salvo através do juízo de retratação do agravo. (\*)

69. A via possessória é hábil para que o particular seja reintegrado na posse de bem público de uso comum.

## **XX - Prazos**

70. É válido o edital publicado nas férias. (\*)

71. O feriado que precede ou sucede as férias, imediatamente, a elas se junta. Em outras palavras, a suspensão por férias forenses imediatamente sucedidas ou antecedidas de feriado, compreende aquelas e este.

72. Nas ações que não têm curso nas férias, não são nulos, e muito menos inexistentes, os atos processuais nelas praticados. O prazo, porém, somente começará a correr no dia seguinte ao primeiro dia útil, subentendendo-se que neste o ato foi praticado.

V. números: 20 (execução); 46 (locação); 60 e 55 (locação); 73 e 75 (procedimento sumaríssimo); 62 (mandado de segurança); 87, 90 e 93 (recursos) e 67 (possessórias).

## **XXI - Procedimento sumaríssimo**



73. Nas causas sob procedimento sumaríssimo, tem curso nas férias o prazo recursal. (\*)

74. O procedimento não fica à escolha da parte, devendo o juiz determinar a conversão quando possível. Contudo, em se tratando de causa na qual o procedimento sumaríssimo seria o adequado, não se deve decretar a nulidade se foi observado o procedimento ordinário (CPC, artigos 244 e 250, parágrafo). (\*)

75. Nas causas sob procedimento sumaríssimo há preclusão se o autor não arrola as suas testemunhas quando do ajuizamento da causa.

76. No procedimento sumaríssimo não é viável a declaratória incidente.

V. nº 77 (recursos).

## **XXII - Recursos**

### **a. Juízo de admissibilidade**

77. Nas causas sob procedimento sumaríssimo do art. 107, § 1º, do Estatuto da Terra, o recurso deve ser recebido em ambos os efeitos, por força da sistemática do atual Código de Processo civil.

78. Admite-se a fungibilidade dos recursos desde que inocorrente o erro grosseiro. Inexiste este quando há acentuada divergência doutrinário-jurisprudencial sobre qual seria o recurso próprio.

79. O preparo previsto no art. 519 do Código de Processo Civil refere-se apenas às despesas do recurso e não as até então vencidas no processo. (\*)

80. Ao Tribunal compete apreciar de ofício os requisitos de admissibilidade do recurso. (\*)

V. números: 1 (acidente do trabalho) e 44 (liquidação de sentença).

b. Agravo de instrumento

81. O agravo de instrumento é o recurso adequado contra as decisões que julgam a impugnação ao valor da causa, que apreciam a incompetência relativa e que liminarmente indeferem a reconvenção. (\*)

82. O agravo retido deve ficar nos próprios autos e não em apenso. (\*)

83. Interposto o agravo retido, ao juiz é facultado reexaminar sua decisão. (\*)

84. Havendo omissão de peças obrigatórias no agravo, o relator deverá fixar prazo razoável para o agravante anexá-las aos autos. Residindo o advogado no interior, a intimação far-se-á pela via postal. (\*)

85. Em relação a decisões proferidas na audiência, é admissível a apresentação de agravo, no próprio termo, mediante exposição, ainda que sumária, do fato e do direito, bem como do pedido de nova decisão e das razões que a justificam. (\*\*)

86. Não se conhece de agravo interposto contra o pronunciamento judicial que não acolheu pedido de reconsideração.

87. Pedido de reconsideração não suspende o prazo para interposição do recurso próprio. E não se pode transformar mero pedido de reconsideração em agravo.

c.      Apelação

88. Não se conhece de apelação desacompanhada dos fundamentos.

89. Não cabe apelação contra julgamento de cálculo no curso da execução, haja vista que aí não se pode falar em liquidação, que, como se sabe, antecede a execução.

d.      Embargos declaratórios

90. Nos embargos declaratórios a contagem do reinício do prazo obedece à sistemática geral da contagem dos prazos, não se computando o *dies a quo*. (\*)

91. Excepcionalmente, inexistindo outro recurso adequado, os embargos de declaração podem ter efeitos modificadores de decisão, desde que manifesto o equívoco. (\*)

92. Cabem embargos declaratórios contra qualquer decisão, desde que verificados os respectivos requisitos. (\*)

93. Os embargos declaratórios suspendem o prazo para ambas as partes.

V. nº 73 (procedimento sumaríssimo).

### **XXIII - Registro de veículos**

94. E dispensável o registro de venda de veículo no Cartório de Títulos e Documentos. (\*\*)

### **XXIV - Revelia (citação ficta)**



95. Não se aplica o efeito da revelia, disposto no art. 319 do Código de Processo Civil, ao réu que tenha sido citado por edital ou com hora certa. (\*\*)

## **XXV - Valor da causa**

96. Nos casos em que há critério fixado em lei, pode o juiz alterar de ofício o valor da causa. (\*)

97. Nos embargos à execução e nos de terceiro, o valor da causa não é obrigatoriamente o mesmo atribuído à causa principal. (\*)

V. números 47, 48 e 49 (locação) e 81 (recursos).

(\*) Jurisprudência uniforme da mesma Câmara, publicada no vol 12 da Revista de Julgados, do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.

(\*\*) Conclusões do Encontro Nacional dos Tribunais de Alçada, realizado em novembro de 1981. e acolhidas pela Câmara.

